

Vila Rica, em poema e mapa de Cláudio Manuel da Costa?

Márcia Maria Duarte dos Santos
Universidade Federal de Minas Gerais
mdsantosy@yahoo.com.br

Maria Dulce Faria
Biblioteca Nacional, RJ
mariadulcedefaria@gmail.com

Antônio Gilberto Costa
Universidade Federal de Minas Gerais
agcosta@uaol.com.br

Resumo

A *"CARTA Geografica do Termo de Villa Rica em q' se mostra, que os Arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava e Carigóes lhe ficão bem mais perto q' ao da Villa de S. José a q.' pertecem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q.' toca ao do Sabará, o q.' se mostra pela Escala, ou Petipé de 5 léguas"*, que faz parte do acervo do Arquivo Ultramarino, Lisboa, Portugal, não registra a data de realização, nem o autor. Referências concernentes ao mapa o associam ao ano de 1766, considerando a data da resposta do governador da Capitania - Luiz Diogo Lobo da Silva (1763- 1768) a uma consulta realizada pelo Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar (1760 e 1769) - Francisco Xavier de Mendonça Furtado, à propósito da ampliação do termo de Vila Rica (Ouro Preto), solicitação encaminhada pela Câmara da vila, documentada pelo mapa em questão. Historiadores e outros estudiosos mineiros atribuem, por sua vez, a autoria do mapa à Cláudio Manuel da Costa - advogado e poeta, participante da Inconfidência Mineira, natural da Capitania de Minas Gerais - uma realização excepcional, tendo em vista a produção intelectual do autor indicado. Essa data e autoria são discutidas, tendo em vista à releitura de documentos e à análise e à interpretação da representação. Procura-se elucidar elementos geográficos e cartográficos do mapa e as circunstâncias que podem ser associadas à sua elaboração e à participação de Cláudio Manuel da Costa.

Palavras-chave:

CARTA Geografica do Termo de Villa Rica; Cláudio Manuel da Costa; Capitania de Minas Gerais; Cartografia Histórica do Setecentos.

Abstract:

The " *CARTA Geografica do Termo de Villa Rica em q' se mostra, que os Arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava e Carigóes lhe ficão bem mais perto q' ao da Villa de S. José a q.' pertecem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q.' toca ao do Sabará, o q.' se mostra pela Escala, ou Petipé de 5 léguas"*. The map is part of the *Arquivo Ultramarino* collection, Lisbon, Portugal. There are no records concerning the date it was drawn up or its author. However, existing references link the map to the year 1766, when the governor of the Captainty, Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768), sent a response to a consultation undertaken by Francisco Xavier de Mendonça Furtado, the Secretary of State for the Navy and Overseas domains (1760 and 1769), regarding the expansion of the Vila Rica (Ouro Preto) Territory. The request had been forwarded by the Vila Chamber and documented by the map under discussion. Historians and other scholars from Minas Gerais attribute its authorship to the lawyer and poet Claudio Manuel da Costa, who was born in the Captainty of Minas Gerais and participated in the *Inconfidência Mineira*. The map is viewed as an exceptional achievement, somehow beyond Da Costa's scope since his intellectual production was more of a literary kind. In light of the re-reading of the documents, the analysis and new interpretation of the representation, the present paper puts in discussion both the date and the authorship and seeks to elucidate some geographical and cartographic elements of the map, as well as the circumstances associated with its drawing-up and Cláudio Manuel da Costa's participation.

Keywords:

CARTA Geografica do Termo de Villa Rica; Cláudio Manuel da Costa; Minas Gerais Captaincy; Historical Cartography of the 1700s.

Introdução

Cláudio Manuel da Costa foi uma personalidade insigne nos Setecentos das Minas Gerais. Filho de uma família com posses e bem relacionada com os notáveis da época, ele nasceu, em 1729, provavelmente no termo da Vila do Ribeirão do Carmo (atual, município de Mariana), tendo em vista o documento batismo que registra a sua realização no sítio da “Várzea do Itacolomi”, no termo da Vila citada, na Comarca de Vila Rica, Capitania de Minas Gerais, segundo Pedro Xavier da Veiga (1897, p. 32, v. 3.). Nas Minas, de acordo com Augusto de Lima Júnior (1969, p. 20), ele permaneceu até 1742 ou 1743, de onde partiu para o Rio de Janeiro para cursar o Colégio dos Jesuítas, após ter sido preparado por um tio, irmão do seu pai - Frei Francisco Vieira, que lhe ministrou as primeiras letras.

Em 1749, Cláudio já tinha terminado os cursos preparatórios em Humanidades, e, neste mesmo ano, foi enviado para cursar Direito, na Universidade de Coimbra, em Portugal, tendo se graduado em Cânones, em 1753 (VEIGA, 1896, p, 376). Nesse período de estudos, como um jovem culto da sua época, e, sobretudo, talentoso, dedicou-se à literatura, particularmente à poesia.

A partir da data do término de seus estudos, os biógrafos de Cláudio divergem sobre o seu destino. Alguns, visando explicar sua familiaridade com o idioma e a literatura italiana, afirmam que ele fez demorada viagem à Itália. Entretanto, Pedro Xavier da Veiga (1986, p.376) destaca que, no prólogo de sua “Obras Poéticas”, Cláudio declara ter se ausentado apenas cinco anos de sua terra natal, o que não permitiria, tendo em vista a duração do seu curso em Coimbra, uma estadia, tão longa, na Itália. A propósito daquele conhecimento, Augusto de Lima Júnior (1969, p. 22) sugere que foi adquirido, na Metrópole Portuguesa, em Coimbra e depois em Lisboa, onde Cláudio também permaneceu por algum tempo e estabeleceu um vasto círculo de relações, ao conviver com mestres italianos de música, arquitetos e outros artesãos, na Casa dos Jesuítas em São Roque e em Conventos Franciscanos.

Voltando para o Brasil, Lima Júnior afirma que o advogado e poeta permaneceu uma temporada no Rio de Janeiro e, por fim, se radicou na Capitania de Minas Gerais. Nesse território, se ocupou com os negócios da família – mineração e agricultura, mas também trabalhou como advogado e ocupou cargos públicos, como o de Secretário de Estado, durante os governos de: Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela (1758 – 1763, na 3ª vez como governador das Minas); Luiz Diogo Lobo da Silva (1763 - 1768), e de José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco (1768 – 1773), Conde de Valladares. Consta, também, que ele prestou serviços a Câmara de Vila Rica, mapeando o termo de Vila Rica, cujos documentos comprobatórios, datados de dezembro de 1758 e novembro de 1759, são os primeiros que registram sua presença, na Capitania.

Apesar das atividades profissionais e dos negócios de família, o bacharel e administrador não se descurou de sua obra poética que o afirmou, dentre os poetas mineiros coevos, como um dos mais relevantes e influentes. Melânia

Silva de Aguiar (2007, p. 320 - 321, v.2) atribui a Cláudio Manuel da Costa a introdução do Arcadismo, no Brasil, assinalando a data de 1768, correspondente à da publicação, nesse ano, em Coimbra, das “Obras” do autor citado, dedicadas a governador D. José Luiz de Menezes Abranches Castello Branco.

O livro reúne poemas escritos ainda enquanto o autor esteve fora do Brasil e no país, mas, de modo geral, “não estão voltados, na sua maioria, para os episódios locais” (AGUIAR, 2007, p. 321, v. 2). Entretanto, em outras produções o nativismo e os temas de interesse locais são claramente expostos. Entre elas, citam-se: os poemas encomiásticos, dedicados a D. José Luiz de Menezes Abranches Castello Branco, declamados em 1768, na posse, em julho, e no aniversário do governante, em dezembro; o poema épico “Vila Rica”, dedicado à Gomes Freire de Andrada, escrito ou finalizado em 1773, mas publicado, postumamente, em 1853 (AGUIAR, 2007, p.328), cuja autoria não suscita nenhuma dúvida¹. Por fim, registra-se, ainda sobre a obra poética de Cláudio, a coletânea denominada *Poesias Manuscritas*, de 1779.

Dez anos depois, desta última publicação, no processo de devassa do movimento da Inconfidência Mineira, instaurado pelo Visconde de Barbacena, em 1789, Cláudio foi acusado como réu, e, na sequência preso. Morreu, no mesmo ano, pouco tempo depois da sua prisão em Vila Rica, oficialmente dado como suicida, declaração esta que é motivo de muita controvérsia entre seus biógrafos.

O problema em estudo

Em razão de uma vida tão plena e da sua participação em um movimento, como o da Inconfidência Mineira, a par da sua obra literária, Cláudio Manuel da Costa tem sido muito estudado. José Pedro Xavier da Veiga, Benjamin F. Ramiz Galvão e Augusto de Lima Júnior foram pesquisadores entusiastas e dedicados, dentre outros que poderiam ser citados, levantando seus dados biográficos. A obra literária do autor também tem merecido muitos estudos, destacando-

¹ Segundo Melânia Silva Aguiar (2007, 320, v. 2), os poemas encomiásticos, comuns na época,

“ao mesmo tempo que exaltam, são um modo de agradecer a proteção de um mecenas. Nos poemas de Cláudio Manuel da Costa, nessa fase, percebe-se a mais o desejo de dar a conhecer a situação das Minas e de atrair o apoio e a simpatia do Governador para as dificuldades da Capitania. Pela voz de Calíope, o poeta prenuncia tempos de fartura:

Ao distante País das novas Minas
Hoje o vemos passar altos progressos
Dele espere seu Rei, o povo aflito
Ali respirava; desde seu seio
Liberal se verá brotara Terra
Quanto avara recata,
O diamante, a safira, o ouro e a prata das novas Minas
AH! Não esconda a Terra
Jamais o seu tesouro,
Que o Deus purpúreo e louro
Debalde não o criou.
Benigna corresponda
Ao provido cuidado
De quem dos céus foi dado
Por dar-lhes mais valor”.

se os clássicos de José Guilherme Merquior (1977) e Antônio Cândido (1981). Dentre os estudos mais recentes, cita-se o trabalho organizado por Domício Proença Filho (1996), que inclui contribuições de Melânia Silva de Aguiar. A autora também publica outros estudos, no trabalho organizado por Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villaluta (2007, v.2). Sobre o inconfidente Cláudio Manuel da Costa e a Inconfidência Mineira, os estudos são numerosos, de tal modo que, para exemplificá-los, cita-se o Portal da Inconfidência (2015), onde se encontram *links* sobre uma extensa bibliografia publicada a respeito.

O mapa elaborado por Claudio Manuel da Costa, ou cuja autoria é atribuída a ele, comparativamente às pesquisas de sua obra poética e de sua participação no movimento da Inconfidência, tem sido bem menos estudado ou, praticamente, não foi estudado. Trata-se da “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica em q’ se mostra, que os Arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava e Carigões lhe ficão bem mais perto q’ ao da Villa de S. José a q.’ pertecem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q.’ toca ao do Sabará, o q.’ se mostra pela Escala, ou Petipé de 5 léguas”, apresentado na Figura 1.

Tendo em vista o exposto, propõe-se apresentar, neste trabalho, resultados relacionados: de um lado, à releitura de documentos que possibilitaram o crédito da autoria do mapa a Cláudio Manuel da Costa e a sua datação de cerca de 1766; e, de outro lado, a análise e a interpretação do próprio mapa. Procura-se elucidar propriedades geográficas e cartográficas da representação e as possibilidades de participação de Cláudio Manuel da Costa.

Referências sobre o mapa - releituras

Deve-se a José Pedro Xavier da Veiga, em um artigo publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro (1896, N.1. V. 2, p. 373-390), a revelação de uma “CARTA Geografica de Villa Rica e seu termo”, realizada por Cláudio Manuel da Costa, cuja incumbência lhe foi atribuída pela Senado da Câmara da vila citada. No artigo, o autor transcreve documentos, pertencentes ao Arquivo, que tratam do término do serviço solicitado, da tramitação da autorização e da quitação do pagamento, datados de 3 de dezembro de 1758 a 17 de janeiro de 1759². O autor citado, que foi o primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro, criado em 1895, tendo-o presidido até o seu falecimento em 1900, não faz referência a presença do mapa nos acervos da instituição, mas sobre ele registra, tanto no artigo já citado, quanto nas “Ephemerides Mineiras”, que: “ é, trabalho consideravel certamente e que jamais vimos figurar no seu espolio intellectual. Pela confecção dessa carta topográfica, que assignala outra face do talento de Claudio Manuel, recebeu elle do Senado da Camara de Villa Rica meia libra de ouro [...]” (VEIGA, 1897, p. 32 e 33, v. 3).

Posteriormente, Edgard Roquette Pinto publica um pequeno texto, onde faz referência ao mapa de Vila Rica, com um título bastante intrigante: “A Carta Topographica de Villa Rica -. Cláudio Manuel da Costa – Poeta? Heroe da Inconfi-

² Esses documentos são transcritos, na íntegra, em notas de pé de páginas, no artigo citado - Cláudio Manoel da Costa (Noticia Biographica) (VEIGA, 1986, p.377 e 378).

dência? Ou Topographo?” (s.d, p. 100 e 102). Seu texto revela um admirador de Cláudio Manuel da Costa, pois contesta vários autores e os epítetos elogiosos que dedicaram ao poeta. À Antônio de Mello Franco, que chama o poeta de “Metastasio brasileiro”, observa: “Não conheço comparação mais infeliz. Metastasio, que era Antônio Domenico Bonaventura Trapassi – foi para J. J. Rousseau “l’ unique poète du coeur”. Ao epíteto de Schlegel - “Racine de Italia”, responde indignado: “Voltaire dizia dele que era um Corneille sem declamação. Onde em Claudio Manuel da Costa, o vigor poético? A sensibilidade profunda e natural?” E, cita um verso do poeta, para exemplificar, seguido de um comentário que se transcreve a seguir:

“Então eu me juntava com Glauceste

E á sombra d’alto cedro, na campina,

Eu versos te compunha e ele os compunha

A’ sua cara Eulina.”

Vê-se logo que ele não conheceu jamais nenhum Glauceste, nem nunca achou tal cedro, nos pinheiros de Ouro Preto. Mas, era moda, acabou-se” (PINTO, s.d., p. 100).

Se Edgard Roquete Pinto não concede nenhum mérito à sua poesia lírica, Melânia Silva Aguiar (2007, p. 32, v. 2), assim se posiciona: constitui “sem dúvida a porção mais significativa da produção literária de Cláudio Manoel da Costa, que se intitulava Glauceste Satúrnio, árcade ultramarino”. A autora reconhece, também, com sensibilidade:

[...] “o arcadismo, como conceito artístico, exigiu de alguns deles [os poetas inconfidentes] um extraordinário esforço de imaginação, para alimentar seus versos numa natureza amena, bucólica, em tudo avessa à turbulência que, na Capitania de Minas Gerais, preside seu nascimento. Essa visão do mundo e o conflito gerado inicialmente por essa inadaptação maior ou menor ao modelo estético [...] podem ser claramente rastreados em poetas desse tempo, seduzidos pelas ideias ilustradas e cerceados por uma atmosfera política repressiva” (AGUIAR, 2007, p. 332-333).

De acordo ainda com a autora citada, dentre os poetas inconfidentes - Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, é na obra do primeiro que se patenteia “o conflito e o desterramento”, descrito anteriormente. Em relação ao envolvimento ou o que transparece na Devassa da Inconfidência Mineira, concernentemente à participação de Cláudio Manuel da Costa, Edgard Roquete Pinto julga que são nos seus episódios incisivos que a “insuficiência de Claudio Manuel da Costa é ainda mais acentuada.” Por ter sido a primeira vítima entre todos os envolvidos, o autor concede-lhe o título de “marthir, embora medroso e sem lustre” (PINTO, s.d., 101). O autor também é condescendente ao declarar: “Não chegarei ao ponto de propor o cancelamento da gloria poética de Claudio Manuel da Costa, nem tão pouco a sua exclusão da lista de martyres do patriotismo ...”. Porém, indaga sobre o motivo de um homem que reconhece como erudito, “dono de boa ciência e de tão anêmica sensibilidade artística”, ter sido “sempre

glorificado como poeta? **Porque nunca se lembrou alguém de publicar a “carta Topographica de Villa Rica” – um documento sem dúvida, hoje, muito mais precioso do que todos os seus versos alambicados?”** (PINTO, s.d., p. 102) [Grifo nosso].

Posteriormente, Augusto de Lima Júnior, em seu trabalho, cuja primeira edição data de 1960 e a segunda de 1969, informa ter encontrado, em Portugal, em 1936, no Arquivo Histórico Colonial, depois chamado Arquivo Ultramarino, o mapa realizado por Cláudio, exposto por Pedro Xavier da Veiga (1969, p. 29)³. Essa descoberta colocou-o, nas palavras do autor: “a meio caminho da decifração dos enigmas da arte em Vila Rica, cuja chave, me caía sob os olhos, não só nas decorações dessa Carta, como no Livro do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Mãe de Deus dos Homens do Caraça, **cujos desenhos e letras não foram difíceis identificar como sendo de Claudio Manuel da Costa** (LIMA JÚNIOR, 1969,p. 30) [Grifo nosso].

Ao enunciado anterior, o próprio autor coloca o seguinte: “A Primeira e sensata objeção seria a seguinte: ‘Cláudio Manuel da Costa sendo um sensitivo e um torturado por mil males psíquicos, todos os revelava sem reservas, em seus poemas, jamais tendo feito qualquer alusão a esses pendores artísticos, nem a essas formas de atividades.” E, responde: Em primeiro lugar o Mapa de Vila Rica é indiscutível. O compromisso do Caraça é de evidência também indiscutível” (LIMA JUNIOR, 1969, p. 31).

Caio Boschi (1998, p.34), Antônio Gilberto Costa et al (2003), Antônio Gilberto Costa (Org.) (2004, p.222; 2007, p.242), tratam do mapa, mas não reconhecem ou desconhecem a autoria conferida à representação por Augusto Lima Júnior, no registro das referências bibliográficas. Não obstante, Antônio Gilberto Costa (2005, p. 98) analisa o mapa, e, baseando no historiador citado, atribui a autoria a Cláudio, no que é secundado por Carlos Magno Guimarães e Mariana Gonçalves Moreira (2011, p. 10).

A organizadora do “Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino”, Maria Dulce de Faria (2011, p.219 e 220), apresenta o mapa como anônimo, anotando, como os outros autores citados, a data de elaboração do mapa proposta pelo Arquivo Histórico Ultramarino, que tem a guarda do documento - cerca de 1766. Não obstante, na publicação em questão, a autora anota características do documento: determinando a escala“ - [ca. 1: 400 000]”; pateteando outras características técnicas - “carta ms.; color. desenho de bico de pena; 49,6 x 40,3 cm em folha 51, 7 x 42, 1cm “, e levantando os topônimos registrados⁴.

Entretanto, no trabalho da autora, destaca-se o fato de ela registrar um documento, que se encontra também sob a guarda do Arquivo Ultramarino, em Portugal. Trata-se de um ofício enviado à Corte Portuguesa, pelo administrador da

³ Lima Júnior, como ele próprio informa, esteve em Portugal em 1936, a serviço do Governo Brasileiro, promovendo o repatriamento dos Inconfidentes mortos no degredo. Na oportunidade, consultou arquivos, onde encontrou “vários mapas preciosos para o Brasil e com alegria, o tão buscado mapa de VILA RICA E SEU TERMO, da autoria de Cláudio Manoel da Costa” (LIMA JUNIOR, 1969, p. 30).

⁴ Neste trabalho, tendo em vista que a autora da referência em questão não informou o valor da légua que utilizou, no cálculo da escala, este foi refeito, considerando: a medida da chamada légua brasileira, correspondente a 3000 braças ou 652200 cm, definida pelo Conselho Ultramarino para a América Portuguesa, segundo dados presentes em Miguel da Silva Marques (2001); e o comprimento do petipé de 5 léguas, equivalente a 7, 7 cm. A partir desse cálculo, chega-se ao valor aproximado de 1: 400 000. Confirma-se o cálculo da autora e aponta a medida da légua, usada citada anteriormente.

Capitania - Luís Diogo Lobo da Silva, em 1766, acompanhando o mapa citado, respondendo a uma solicitação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar. Nota-se que a data que Maria Dulce de Faria atribui ao mapa, bem como os outros autores mencionados e até mesmo o Arquivo Histórico Ultramarino, corresponde a da data do documento do Governador⁵.



Figura 1 - A "CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica...", sem autor e data, pertence ao acervo do Arquivo Ultramarino Português, Lisboa, Portugal. Fontes documentais atribuem a representação ao bacharel poeta e inconfiante, natural de Capitania de Minas Gerais (Minas Gerais, Brasil), Cláudio Manuel da Costa. Este a teria realizado em 1758, o que se discute, entre outros, neste trabalho.

⁵ Na folha de rosto do documento ACL_CU_011, Cx. 88\Doc. 31, encontram-se os seguintes dados: Emissão: Ano 1766, Mês 8, Dia:26, Local Vila Rica. "Ofício do Governo de Minas, Luís Diogo da Silva para o Sec. de Estado da Marinha e Dom. Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no qual da conta da pretensão em dividir os **Termos entre a Câmara da cidade de Mariana, desta Comarca, da Vila de S. José do Rio das Mortes**". Em anexo, 1 planta ms". Chama-se atenção, por meio do grifo em negrito, para a descrição do assunto, referente ao documento do Governador, que não está de acordo com o conteúdo. De fato, a autoridade mencionada informa sobre uma correspondência que tinha enviado ao Secretário de Estado, sobre uma petição da Câmara da Cidade de Mariana, concernentemente a reconsideração de sua configuração, nestes termos: "sobre esta matéria informei com o meo parecer ao Mesmo Senhor em trinta e hum de janeiro de mil setecentos sesenta e cinco pelo seo Conselho Ultramarino em controversia q' senhores sobre a divisão dos termos entre a Camara da cidade de Mariana desta Comarca e a da Vila de S. Jozé da do Rio das Mortes." Entretanto, o conteúdo do documento trata da solicitação da Câmara de Vila Rica com vistas a incorporação de três freguesias do termo de São José -Catas Altas da Noroega, Carijós (Conselheiro Lafaiete, sede municipal, Minas Gerais) e Itaveraba (Itaverava, sede municipal, Minas Gerais) e uma do termo de Sabará , S. Antonio do Rio das Pedras (Rio das Pedras, sede distrital de Itabirito, Minas Gerais).

Releitura do mapa – ampliando as referências

A “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica...” apresenta uma marca d’água que ainda não tinha sido registrada nas notas dos catálogos que referenciam a representação, indicados anteriormente. Trata-se de uma flor de lis ou lírio, um desenho estilizado, que denota o tamanho da folha de papel, segundo o bibliógrafo Ludovic Miran, de Chartres - França, citado por José Francisco Côrrea-Martins (2018, p. 315-316).

Geralmente, a marca está presente, de acordo com a fonte consultada, em uma metade da folha, e, na outra, a contramarca com o nome do fabricante, o que não ocorre no documento em estudo. Porém, a consideração de marcas d’água semelhantes, presentes em outras representações cartográficas, dado que a resistência do papel em que se encontram tornava o seu emprego próprio para a impressão de gravuras e, particularmente, para o desenho de mapas, permite que se aproxime de um fabricante e uma época.

Chama-se atenção, por exemplo, para a marca d’água de Dirk & Cornelis Blauw, fabricantes do papel, dos Países Baixos, em um documento da segunda metade do século XVIII, presente no manuscrito analisado por José Francisco Côrrea-Martins, já citado. Tendo em vista a semelhança desta imagem com a da marca d’água que se encontra na “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica ...”, ambas mostradas na Figura 2, pode -se pelo menos afirmar que é consistente datar o mapa, como tendo sido realizado, na segunda metade do Setecentos⁶. Entretanto, para se delimitar um período, tenho em vista a época que pode ser inferida pela marca d’água, será necessário se ater a alguns dados presentes nas fontes consultadas, neste trabalho, tais como: o ano correspondente à comunicação de Cláudio à Câmara de Vila Rica sobre o término da carta topográfica solicitada por aquele Senado - 1758; e o que, por sua vez, registra-se o envio da mensagem da Câmara ao Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, pleiteando a ampliação do território do termo de Vila Rica, acompanhada do mapa em questão - 1765. Nota-se que a última data é informada na resposta do Governador Luís Diogo Lobo da Silva, datada de 26 de junho de 1766, sobre a consulta realizada pelo Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como se verifica no texto, transcrito a seguir:

“Pela carta de V. Exa. de 12 de Abril do presente anno **[1766]**, me ordena S. Mag^e. in servisse(sic) com o meo parecer sobre, o q’ contém a representação inclusa dos Oficiaes da Camara desta Vila **na de 31 de agosto de próximo passado [1765]**, q’ acompanha a de V. Ex^a. em q’ pedem ao V. Senhor a graça da extensão do termo da mesma Vila por

⁶ É necessário guardar alguma reserva sobre a importância da marca com vistas a datação do mapa, pois segundo Bethania Reis Velloso (2017, p. 169), “a marca, cuja história remonta a 1621, sob o nome de Erven de Blauw, passou pela mão de vários proprietários [incluindo Dirk & Cornelis Blauw], e esteve em laboração durante cerca de 250 anos, ou seja, até 1902”. Entretanto, no estudo da autora, no qual foram analisados o Livro Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens e de São Francisco das Chagas, do início do século XIX, e o da Irmandade de São Benedito, do século XVIII, foram encontradas marcas d’águas que indicam que o papel utilizado para a construção de ambos foi importado. O material foi relacionado ao moinho holandês, D & C Blauw, Holanda, referente aos papeleiros Dirk e Cornelis Blauw que dão nome à marca que chegaram a ter cinco moinhos de papel em Zaanstreek, no norte da Holanda.

ser a capital do Governo, e muito limitado o seo destrito, e pelo contrario muito extenso a das vilas circunvizinhas”[Grifo nosso] (ACL_CU_011, Cx. 88\Doc. 31)⁷.

O pleito da Câmara de Vila Rica não está explícito no título da representação. No entanto, o argumento que justificava a solicitação está indicado, a saber: a maior proximidade da sede do termo de Vila Rica dos arraiais freguesias, citados no título: “Catás Altas da Noroega”, “Itaberava” (Itaverava, sede municipal, Minas Gerais), e “Carijós” (Conselheiro Lafaiete, sede municipal, Minas Gerais), os três pertencentes ao Termo da “Villa de S. José” (Tiradentes, sede municipal, Minas Gerais); e “S. Antonio do Rio das Pedras” (Rio das Pedras, distrito do município de Itabirito, Minas Gerais), que tocava ao “do Sabará”. No título, chama-se a atenção para a escala gráfica registrada pelo autor do mapa, como um elemento que podia ser utilizado para comprovar o que se afirmava, o que pode ser verificado na seguinte frase: “o q. se mostra pela escala ou petipé de 5 léguas” (“CARTA Geográfica do termo de Villa Rica ...”).

O autor do mapa, embora anote, no título, que representou o termo de Vila Rica, mapeou, de fato, o território ampliado da circunscrição, de acordo com a pretensão exposta anteriormente. Porém, no elemento legenda não se encontram informações que distingam a área vigente da pretendida, apesar do registro de signos – lineares e coloridos, na imagem, sugerindo a representação de limites. Tendo em vista essa sugestão e analisando os topônimos presentes na representação, pode-se constatar que o documento é regional, representando áreas de três comarcas coevas, as de: Vila Rica – distinguindo o termo de Vila Rica e o de Mariana; a de Sabará – sem diferenciar as áreas de jurisdição das Vilas de Sabará e de Caeté que se encontram assinaladas no território em questão; e a do Rio das Mortes, representando áreas do termo de São José (Tiradentes, sede municipal, Minas Gerais).

Destaca-se que esses territórios foram identificados a partir dos topônimos assinalados na representação, levantados neste trabalho (um total de 57), consultando-se para sua análise, em termos de pertencimento às circunscrições territoriais coevas, as informações presentes no repositório digital sobre a toponímia histórica de Minas Gerais, organizado por Márcia Maria Duarte dos Santos, Maria Cândida Trindade Costa de Seabra e Antônio Gilberto Costa (2017) e o trabalho de José Joaquim da Rocha (1995). Ressalta-se que as fontes consultadas permitiram, também, verificar que 61% (35) dos topônimos anotados no mapa pertencem à Comarca de Vila Rica – 69% e 31 %, desse total, correspondentes, respectivamente, ao termo de Vila Rica e Mariana. É importante, realçar que a distribuição apresentada, na qual poderia ser incluída os números ou as percentagens dos assentamentos presentes nas comarcas de Sabará e Rio das Mortes, em relação ao total das assinaladas no mapa – respectivamente 11 % (6) e 28 %.(16), denota a habilidade do cartógrafo, qual seja: a de escolher a porção do espaço geográfico da Capitania a ser representado, tendo

⁷ Chama-se atenção para as datas e autorias citadas na citação que não correspondem às informações expressas por Augusto de Lima Junior (1969, p. 29), a saber: A “Carta Geográfica era completamente desconhecida no Brasil e a sua procura necessária que se fizesse. Nem nos Arquivos da Câmara de Ouro Preto, nem no Público Mineiro, nem no Nacional, poderia ser encontrada. Sòmente, no arquivo de Minas, encontra-se o **ofício de Luís Diogo Lôbo da Silva, Governador da Capitania de Minas, com data de 25 de agosto de 1766, no qual declarava juntar uma planta, ‘mandada levantar há tempos, pela Câmara de Vila Rica, justificando a transferência de jurisdição de várias localidades’**”(LIMA JUNIOR, 1969, p. 29. [Grifo nosso]. É importante esclarecer que esse documento não pode ser encontrado. Ele não consta por exemplo da obra “EPHEMERIDES MINEIRAS (1664-1897) (VEIGA, 1897).

em vista os objetivos de sua elaboração. Entretanto, a alta densidade da ocupação dos termos de Vila Rica e Mariana, nas proximidades de suas áreas limítrofes, o que é realçado no mapa, é um fato. A par disso, é um fato também que as maiores densidades de ocupação, em termos de povoações, eram encontradas na Comarca de Vila Rica. Trata-se de uma das mais antigas áreas de ocupação, ligada à mineração, das Minas Gerais⁸.

Retomando a questão dos objetivos do mapa, chama-se atenção para o interesse do cartógrafo em patentear a pequena extensão do termo da sede da Comarca de Vila Rica, embora representada de modo ampliado, bem como sua posição geográfica, relativamente aos de outros termos, em particular aos de outras Comarcas. Como o mapa não distingue a configuração vigente da pretendida, o que evidenciaria mais cabalmente o desequilíbrio das circunscrições dos termos, apresenta-se a seguir a descrição do governador a propósito dessa questão, defendendo a petição da Câmara de Vila Rica, a partir do mapa encaminhado:

O termo da dita Vila [a de São José] se estende para a parte desta [Vila Rica] até vinte e seis legoas pouco mais ou menos, e vem avecinhar com ela na distancia de seis e meya até sete, e naquela extensao tem alguns Arayaes, q' ficao mais proximos à esta capital, como mostra o Mapa incluso alem de quarenta e quatro legoas que lograo para o Norte e sincoenta e duas ao Sul até a barra do Rio Grande e Sapucahy, e oitenta às cabeceiras da Serra da Canastra no rumo de oeste com muitos moradores, e Arayaes, huns já povoados e outros, q seraó povoando e que igualmente milita. à respeito da Vila do Sabará, em cujo termo se compreendem muitos Arayaes, julgados em distancia de quinze, e mays dias de viagem para a parte do Norte Ate Paraca[b^a.?] e S. [Ronsario?] com outros para a parte desta vila em vesinhança dela sinco para seis legoas e distancia daquela melhor de oyto nos quaes termos tanta pela varas de ser esta vila a capital deste Governo, como pela comodidade dos povos e Arayaes visinhos no recurso às Justiças e outras dependências particulares de cada hum dos moradores parece que se lhe leve [anexado?] o Arayal de Sto. Antonio do Rio das Pedras, com o seo respectivo destrito, tirando-se a Vila do Sabará a que presentemente pertence, e que a Vila de S. Jozé se devem desanexar os Arayaes dos Carijós, Catas Altas da Noroega e Ita[dravão?] também com os seos respectivos destritos e servirem-se a esta vila, dito no que humas e outras ficam com as correspondentes, e os Povos dos ditos Arayaes em muito maior comodidade para às suas dependências. (ACL_CU_011, Cx. 88\Doc. 31).

Da exposição do governador, depreende-se a sua preocupação em realçar que a autorização régia, para se realizar a ampliação do termo de Vila Rica, não incorreria em prejuízo para os demais termos, dados sua extensão territorial e estágio de povoamento, incluindo o da Comarca onde estavam inseridos. Embora favorável à solicitação, que se justifica pelos motivos apresentados, no documento do governador e no mapa, ela não é autorizada. Tendo em vista as informações presentes no repositório digital de dados sobre a toponímia mineira, referente a mapas do Setecentos ao Oitocentos Joanino (SANTOS, SEABRA e COSTA, 2017), até o final do período colonial os limites do termo de Vila

⁸ Os totais de topônimos citados incluem, no conjunto do termo de Vila Rica, os pleiteados pela Câmara para a circunscrição em questão.

Rica se mantiveram inalterados, em relação a inclusão das áreas das freguesias de Catas Altas da Noroega (Catas Altas da Noruega, sede municipal, Minas Gerais), Itaberava (Itaverava, sede municipal, Minas Gerais) e Carigóes (Conselheiro Lafaiete, sede municipal, Minas Gerais).

Sobre as ilustrações do cartucho do mapa

O cartucho, que apresenta o título, a escala e a legenda, é notavelmente desenhado e aquarelado, do mesmo modo que o restante da representação, como pode ser visto na Figura 1, e, particularmente, na 3. As ilustrações que definem o cartucho podem ser associadas ao estilo rococó, onde se nota a presença de *rocailles*, combinadas com linhas curvas suaves em “C” ou “S”, adornadas com flores delicadas e gavinhas, bem de acordo com as características apontadas na ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural (2019), para o gênero em questão.

O rococó que se origina na França, em meados dos Setecentos, “se internacionaliza rapidamente pela Europa Central, mas também pela Espanha e Portugal, [...]”. Nesse processo de difusão, destaca-se sua penetração na arte e arquitetura religiosa, “contrariando uma origem ligada à nobreza e à vida mundana”. O estilo, sempre de acordo com a publicação citada, é muito representativo na arquitetura religiosa da região da Baviera e do Minho em Portugal. No Brasil, sobressai, desde meados do século XVIII, no Rio de Janeiro, e em diversas cidades mineiras, criadas no ciclo do ouro - Ouro Preto, São João Del Rey, Congonhas do Campo, entre outras.

O estilo influenciou, também, outras produções de natureza religiosa, tais como, os denominados Livros ou Termos de Compromisso de Irmandades Religiosas. Esses documentos, manuscritos ou impressos, eram organizados para registrar o estatuto das irmandades, tendo em vista o desenvolvimento de ações coletivas ou individuais, como afirma Bethania Reis Veloso (2017, p.43)⁹. Segundo a autora, apoiando-se nos estudos da história da arte, sobretudo os realizados por Cristina Corrêa de Araújo Ávila, nos livros, as iluminuras visavam ornar, decorar os documentos e, mais do que isso, eram “uma intervenção necessária ao conhecimento do texto escrito”. Além de tornar o texto atraente por meio das elaboradas letras capitulares, os responsáveis pela sua realização deveriam “fazer a interpretação ou representação das cenas referentes ao que se contava nos manuscritos. [...]” A autora ressalta que na decoração dos livros de compromisso são encontrados, mais frequentemente, símbolos relacionados à natureza, “centro vital de culto desde os primitivos, como as conchas, flores, arabescos e demais motivos de inspiração que relacionam o culto com o cotidiano [...]” (ÁVILA, citada por VELOSO, 2017, p. 45).

Na documentação cartográfica, a decoração cumpre analogamente as mesmas funções que justificam sua presença nos Livros de Compromisso. Lembra-se aqui os mapas quinhentistas e os atlas seiscentistas, sobre a América Portu-

⁹ Nos Livros de Compromisso de Irmandades Religiosas estão contidas as “responsabilidades dos irmãos, os serviços assistenciais, preceitos, festas e datas com relação ao orago escolhido...” (ÁVILA, citada por VELOSO, 2017, p. 43). A par disso, os livros em questão registravam “o respeito pela ordem e as recomendações para bem viver. São, portanto, exemplares únicos de informação e de grande valor histórico e documental, fonte inesgotável de pesquisa” (Veloso, 2017, p. 43).

guesa, considerados verdadeiras obras de arte, como são avaliados alguns Livros de Compromisso de Irmandades, produzidos, no Brasil, e, sobretudo em Minas Gerais. Márcia Maria Duarte dos Santos (2007, p. 51-55), ressalta esta função. Tendo em vista colocações H. Gautier e François Dainville, a autora: consigna “aos ornamentos presentes em mapas [particularmente do Quinhentos ao Setecentos], a condição de elementos de composição das representações cartográficas, sem considerá-los essenciais” e registra que: “a falta de decoração não torna um mapa [sempre levando em conta os períodos em foco e os autores citados], incompletos ou imperfeitos, mas desguarnecidos, ‘peut être trop nu’ (SANTOS, 2007, p. 52). A autora observa também que os cosmógrafos, geógrafos ou engenheiros militares “deveriam se preocupar em aperfeiçoar os mapas usando alguns ornamentos, aplicados nas borduras ou nos enquadramentos e, sobretudo, nos cartuchos”. As indicações ou orientações de Gautier e Dainville, estão “em sintonia com o movimento artístico denominado rococó [...]”, associado ao período que escreveram, pois apontam o “desenho de folhagens, flores ou bastões cobertos por fitas ou galões” e, ou recomendam marcar os ângulos e as bordas dos enquadramentos com o desenho de motivos que poderiam incluir “folhagens, flores ou bastões cobertos por fitas ou galões”, incluindo “frutos, conchas ou qualquer outro elemento propício para o estabelecimento de uma bela composição” (SANTOS, 2007, p.52 e 53).

A “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica ...” foi realizada de acordo com os preceitos estéticos de paradigmas cartográficos dominantes no Setecentos, a par de seguir um protocolo coevo – realizar artisticamente, com o maior zelo possível, os documentos destinados às autoridades metropolitanas. Entretanto, as ilustrações presentes no mapa - “evidências indiscutíveis dos pendores artísticos de Claudio Manuel da Costa”, defendidas por Augusto de Lima Júnior (1969, p. 31), e, o estilo das ornamentações do mapa e o de ilustrações, no livro de Compromisso do Caraça, creditados a autoria do poeta, advogado e inconfidente, contrariando o historiador, não são inquestionáveis.



Figura 2 - Mostram-se marcas d'água, no caso uma flor de lis ou lírio, estilizada, que dizem respeito ao tamanho do papel empregado nas obras em que se encontram. Geralmente, essas marcas eram apresentadas em uma metade da folha de papel, enquanto, na outra, constava a contramarca com o nome do fabricante. Na primeira imagem, referente a "CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica...", não consta a contramarca, mas, na segunda, verifica-se que o fabricante era Dirk & Cornelis Blauw e a data de fabricação, a segunda metade do século XVIII. Devido à sua resistência, esse tipo de papel poderia ser utilizado na impressão de gravuras e, particularmente, no desenho de cartas geográficas.



Figura 3 - Apresenta-se, em 1, um recorte do cartucho, decorado no estilo rococó, que contém informações sobre o título, a legenda e a escala do mapa. O esmero do desenho do cartucho, como, de resto, de todo o mapa, reflete cuidados estéticos, tendo em vista a posição da autoridade da administração portuguesa, destinatária da representação, o Secretário da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Em 2, mostra-se outro recorte em que se destacam os limites dos termos de Vila Rica, segundo a configuração, solicitada pela Câmara de Vila Rica ao Secretário da Marinha e Ultramar, já citado, em documento datado de 1765, que faz parte do acervo do Arquivo Ultramarino, Lisboa Portugal. Na imagem, são indicados, também, os territórios do termo de Mariana e das Comarcas de Sabará e do Rio das Mortes.

Discutindo as evidências da autoria do mapa

Abordando informações sobre o Caraça, tendo em vista as afirmações de Lima Junior, registra-se que a edificação homônima, enquanto um santuário e uma hospedaria, foi erigida pelo Irmão Lourenço de Nossa Senhora, originário de Portugal¹⁰. O Irmão se instala na região, após ter estado em algumas outras localidades da Capitania, e comprado a sesmaria em questão, usando recursos próprios e auxílios que obtinha com esmolas. Em 1774, nela edifica uma capela, sob a proteção de Nossa Senhora Mãe dos Homens. A capela prospera, o que ocasiona a fundação da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, por volta de 1791. Entretanto, o livro de Compromisso do Caraça, citado incompletamente por Augusto de Lima Júnior, que se denomina “Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Mães dos Homens e São Francisco de Chagas do Colégio Caraça”, data de 1806, segundo Bethania Reis Veloso (2017, p. 188)¹¹. Ora, tanto a data da fundação da Irmandade, como a do Termo de Compromisso são posteriores à morte de Cláudio, o que torna impossível a sua participação em ambos. Entretanto, entre 1774 e 1780, não existe nenhum interdito para que o abastado e o influente Cláudio, que tinha convivência com familiares religiosos, tenha ajudado de alguma maneira o Irmão Lourenço, tendo em vista o desenvolvimento do seu Santuário.

A par da questão das datas, apresentadas anteriormente, destaca-se alguns fatos, apontados no trabalho de Bethania Reis Veloso, já citado, esclarecendo-se que objetivou análises comparativas das estruturas formais, do estilo, de aspectos estéticos e processos construtivos de dois manuais impressos europeus, datados do Setecentos e do Oitocentos, e dois livros manuscritos produzidos nos Oitocentos das Minas Gerais. Os livros impressos selecionados são manuais publicados em Portugal e na Espanha, amplamente divulgados nas Américas Portuguesa e Espanhola. Trata-se dos livros: “Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar” - datado de 1722, de autoria do calígrafo Manuel Andrade de Figueiredo (1670-1735); e “Primera parte del arte de escribir todas formas de letras” - datada de 1650, cujo autor é Joseph de Casanova (1613-1692). Esses livros, segundo a hipótese levantada pela autora, teriam influenciado e serviram de modelo para criação de livros de compromisso de irmandades religiosas em Minas Gerais. O estudo de um dos livros manuscritos da mostra, que é de interesse deste trabalho, o da Irmandade de Nossa Senhora Mães dos Homens e São Francisco de Chagas do Colégio Caraça, permitiu a comprovação da hipótese da autora. Várias ilustrações e letras capitulares presentes no manual português foram identificadas no Livro do Caraça, embora a autora reconheça que alguns modelos foram utilizados com modificações e criatividade. Tendo em vista as características técnicas do seu trabalho, a autora detectou o uso de um instrumento denominado pantógrafo, com vistas à transferência de modelos decorativos, existentes no livro português, para o da Irmandade em questão. Os desenhos transferidos desta

¹⁰ Segundo Pedro da Veiga Xavier (1897, p. 115 - 120, v. 1): “O colégio e o seminário do Caraça são organizados posteriormente, após a morte do Irmão – o primeiro, logo depois de 1819, data do seu falecimento, e, o segundo em 1854. A carta Régia de 1820 autoriza os padres a saírem em missão pela Capitania de Minas Gerais, bem como confirma a seção do patrimônio deixado pelo Irmão ao Rei D. João VI. Nesse documento encontra-se, também, a autorização da criação de um colégio que correspondeu ao primeiro fundado nas Minas, seguido pelos colégios edificadas em Congonhas e em Campo Belo, este no sertão da Farinha Podre”.

¹¹ Segundo Caio Bosch, citado por Bethania Reis Veloso (2017, p.44) “a data de elaboração dos livros, geralmente não coincide com a data pela qual a irmandade foi criada, bem como com a época que ela pleiteava o *status* jurídico frente ao Bispado”.

forma, ampliados ou reduzidos, podem ser conhecidos no seu trabalho, bem como aspectos decorrentes do uso da técnica que alteram, relativamente, os desenhos originais. A par disso, a autora indica as etapas seguintes, a propósito da superposição, no original que estaria sendo criado, de tinta, e, enfim, explicita o acabamento que é dado aos modelos transferidos (VELOSO, 2017, p. 114 a 120, e p. 165 a 170).

Guardadas as devidas diferenças, pode-se aventar que o autor do mapa denominado “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica ...”, que acompanhou o ofício de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e motivou a resposta do governador Luís Diogo Lobo da Silva, em 1766, poderia ter lançado mão do mesmo processo, com vistas à decoração da representação, presentes nas suas bordas, no cartucho do título e na rosa – dos – ventos, a par dos signos utilizados na composição da imagem. Tendo em vista o exposto, não é improvável a atribuição à Claudio da autoria das ilustrações que guarnecem e compõem o mapa, conhecendo-se a educação que recebeu. Não obstante, o autor do mapa precisaria de ter outras competências, além das habilidades artísticas, como quer Lima Júnior.

A “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica ...” revela que sua elaboração exigiu as competências de um cartógrafo, engenheiro geógrafo, de um engenheiro militar ou um prático, pois foi construído em um espaço geométrico euclidiano. Haja visto, a escala gráfica da redução efetuada, com vistas à representação do território em questão, e as de latitudes e longitude, embora o autor não deixe registrado o meridiano que deu origem à esta última medida. As representações euclidianas não são simples, pois demandam: o domínio de técnicas de mensuração, compreendendo uso de instrumentos próprios e observando fenômenos astronômicos, concernentemente à determinação de medidas de latitude e longitude; o conhecimento de tabelas que relacionam lugares e suas coordenadas geográficas; ou informações de coordenadas geográficas de alguns pontos do território que permitiriam a localização de outros, por meio de métodos matemáticos de interpolação¹².

Tendo em vista o conhecimento técnico exigido, obtido a partir de uma formação em matemática, astronomia e geografia, ou a prática com quem detinha essas formações, é difícil conceder o benefício da dúvida à Cláudio Manuel da Costa, em relação a autoria de uma base cartográfica. É certo que um mapa, tanto em uma representação euclidiana, como em uma representação topológica, exige conhecimento geográfico, o que Cláudio tinha dado a sua naturalidade e as suas vivências no território das Minas. Lembra-se aqui, por exemplo, que Cláudio, segundo explicações que dá em seu poema Vila Rica, por meio de notas, acompanhou o Governador Luís Diogo Lobo, na “viagem dilatada aspérrima por mais de 400 léguas em visita da Capitania sobre a costa de S. Paulo [...] servindo de secretário do Govêrno das Minas” (LIMA JUNIOR, Nota 66, p. 245). Entretanto, destaca-se que no caso do primeiro tipo de representação, citado anteriormente, o conhecimento do território é uma condição necessária, mas não suficiente. Não obstante, alguém com habilidades artísticas, conhecimento do território e acesso a uma base cartográfica, poderia construir o mapa temático, tal como se classifica a “CARTA Geografica do termo de Villa Rica ...”. Porém, será que o mapa em

¹² Remete-se, para esclarecimento sobre métodos e técnicas da cartografia astronômica, o texto de Jorge Pimentel Cintra e Lévy Pereira (2014, p. 197 a 228), entre outros que poderiam ser citados.

foco, encontrado por Lima Junior, em 1936, no atual Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal, corresponde ao realizado por Cláudio, em 1758, registrado por Pedro Xavier da Veiga, em 1897?

A existência de uma atividade cartográfica mais dinâmica e produtiva, com base no paradigma astronômico, na primeira metade e nos primeiros dez anos da segunda do século XVIII, daria mais peso a hipótese de autoria de Cláudio Manuel da Costa ao mapa temático em foco. Entretanto, desse período, são conhecidos apenas alguns exemplares de mapas realizados sob o paradigma astronômico, a par da “CARTA geográfica do termo de Villa Rica ...”, se esta tiver sido realizado pelo autor em 1758. Os mapas em questão se encontram sob a guarda da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e do Arquivo Ultramarino, em Lisboa, Portugal, a saber: um anônimo, de 1717, MAPA das Minas do Ouro e S. Paulo ...”; e quatro mapas regionais de autoria de Diogo Soares, um dos chamados Padres Matemáticos, todos de cerca de 1736.

A hipótese da autoria de Cláudio Manuel da Costa ao mapa estudado, neste trabalho, não é fortalecida quando se considera que se trata de um mapa regional, e não o de uma circunscrição específica - um termo, conforme a indicação dos documentos encontrados por Pedro Xavier da Veiga (1896). Não obstante, o mapa que está sendo estudado apresenta a mesma contradição exposta anteriormente, a de representar uma área bem maior do que a indicada no título. O fato de se ter passado sete anos, entre o término do mapa pago pela Câmara de Vila Rica, em 1758, e a solicitação por ela da ampliação do seu território, em 1766, também não robustece a hipótese em pauta. Ela também não é reforçada ao se considerar o fato de o Governador, quando consultado sobre o pleito da Câmara, se mostrar favorável ao pleito, acrescentado informações para a apoiá-lo, que nas suas palavras é “justíssimo”, e não mencionar Cláudio como autor. A referência ao Secretário que ocupara o cargo até 1764 poderia dar maior credibilidade e importância ao mapa, tendo em vista o seu conhecimento do território da Capitania, em particular da região representada.

No entanto, a existência de um mapa, da parte da região central e meridional da Capitania de Minas Gerais, realizado em 1763, no governo de Luís Diogo Lobo da Silva, mostrando o itinerário de sua viagem aos confins da região das Minas, limítrofe com a Capitania de São Paulo, embora apresente apenas escala de latitudes, corresponde a um exemplar realizado, a partir do paradigma astronômico. O mapa que é denominado “CARTA geographica que compreende toda a Comarca do Rio da Mortes, Villa Rica, e parte da cidade de Marianna ...”.(1763, cópia de 1827) apresenta-se, muito sugestivamente, tendo em vista a área que representa, como um contributo para a realização da “CARTA Geográfica do termo de Villa Rica ...”. Esse mapa que faz parte do acervo da Mapoteca do Itamaraty, é referido em um catálogo organizado por Isa Adonias (1960, verbete 284, p. 358). Na sua descrição, a autora registra que original pertencia “à 5.ª Divisão do Estado Maior do Exército, [e] “parece ter sido feito por Claudio Manoel da Costa”. Essa informação, porém, não acrescenta nenhum dado mais consistente sobre a habilidade e competência de Cláudio de realizar mapas temáticos, pois a autora não discorre sobre sua sugestão. Não obstante, a realização ou o término de mapa mural de todo o território da Capitania - a “CARTA Geográfica da Capitania de Minas gerais, e partes confinantes”, de 1767, próximo a data da remessa do mapa regional, atribuído a Cláudio, ao Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, reforça a hipótese de que a “CARTA geográfica do termo de Villa Rica ...”. foi realizada mais proximamente

a data em que seguiu para Portugal, em 1765. Pode-se aventar que Cláudio tematizou uma base cartográfica da época, tendo em vista :os objetivos da Câmara de Vila Rica, ou qualquer outro habilidoso desenhista, ou mesmo um cartógrafo – prático ou não, da equipe sob o comando do Governador Luís Diogo Lobo da Silva.

Considerações finais

Analisar as afirmações de Lima Junior (1969), à propósito da autoria da “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica ...”, tornou possível apontar algumas incongruências e impropriedades nas informações do autor em questão, bem como realçar equívocos de interpretação sobre documentos que apoiaram sua hipótese. Entretanto, levar em conta a suposição do historiador mineiro, segundo os procedimentos metodológicos expostos neste trabalho, tornou possível, principalmente, ampliar o conhecimento sobre a representação, elaborada na segunda metade do século XVIII, a par de reunir um número significativo de referências bibliográficas sobre o possível autor e sobre o mapa. Destaca-se que o estudo, e a própria existência do mapa em foco, fortaleceu a convicção da existência de uma produção cartográfica maior do que normalmente se descreve, no primeiro quartel do Setecentos, realizada a partir do paradigma astronômico.

O levantamento de dados biográficos sobre Cláudio Manuel da Costa permitiu a consideração da hipótese de que ele, dado sua formação, poderia ter realizado um mapa temático, utilizando uma base cartográfica existente, elaborada segundo o paradigma citado. Nesse sentido, foi preciso evidenciar as possibilidades técnicas, relacionadas à realização do desenho, por exemplo, do cartucho, entre outros elementos da representação temática estudada, a par de se apontar a produção dos Setecentos, particularmente, a dos anos sessenta, que se conhece na atualidade, referente aos documentos que apresentam coordenadas geográficas.

A consideração do registro da informação, patenteada por Francisco Xavier da Veiga (1896), sobre o fato de Cláudio ter executado um mapa referente ao termo de Vila Rica, e a do achado cartográfico apontado por Lima Junior (1969), cotejada com as informações presentes no mapa estudado – suas características geográficas e propriedades cartográficas, não resultaram na convicção da equivalência entre ambas as representações. É provável que o mapa feito por Cláudio, entre outros documentos, tenha sido uma das fontes consultadas para a elaboração “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica ...” que acompanhou o ofício do Governador Luís Diogo Lobo da Silva, em resposta ao Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. É possível, também, que este possa ter sido realizado com a participação de Cláudio Manuel da Costa. Tendo em vista o exposto, uma convicção mais arraçada só poderá ser expressa sob um novo exame do material em questão, reiterando que se trata do que está sob a guarda do Arquivo Ultramarino, em Lisboa, Portugal, mas do ponto de vista técnico, a partir de análises físicas e químicas, nos moldes que Bethania Reis Veloso realizou para estudar Livros de Irmandades de Minas Gerais, entre eles, o do Caraça. Essa convicção mais ponderada poderá ser alcançada também a partir de novas informações documentais sobre o mapa em questão. Por ora, propõe-se manter o mapa como de autoria desconhecida, chamando a atenção em nota, em referências cartográficas dilatadas sobre a representação, para a realização de um mapa do

termo de Vila Rica, que alguns autores, baseando-se em Lima Júnior, atribuem à realização de Cláudio, e as discussões que se apresentam neste trabalho. No mais, propõe-se, o que é importante, considerando o estudo feito sobre o documento, que seja apresentado nas referências cartográficas como tendo sido realizado cerca 1765.

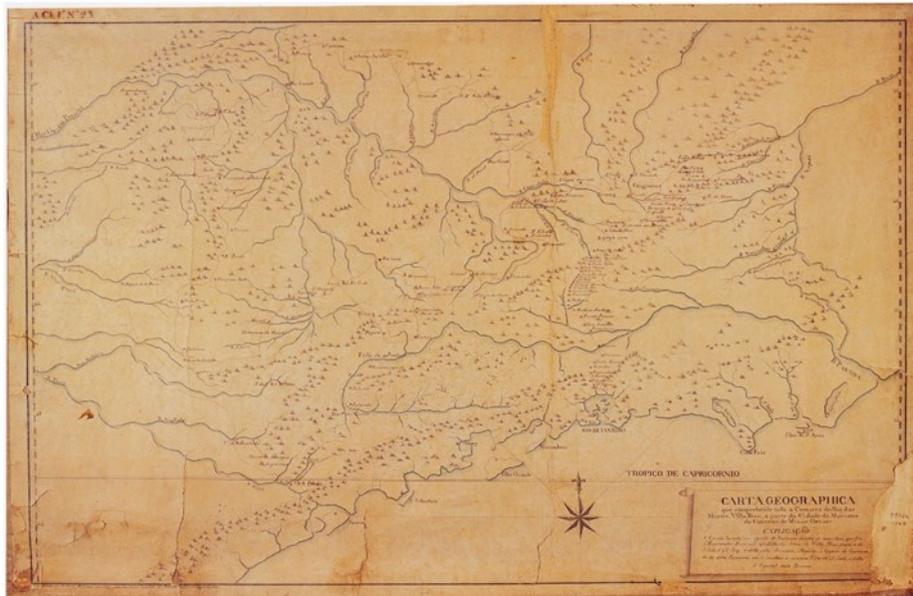


Figura 4 - "CARTA GEOGRAPHICA que compreende toda a Comarca do Rio da Morte, Villa Rica, e parte da cidade de Marianna...", realizado em 1763, cuja cópia de 1827 faz parte do acervo do Ministério do Itamaraty, é uma realização que pode ter contribuído para a elaboração do mapa regional, denominado "CARTA GEOGRAPHICA do termo de Villa Rica...". A área que representa e algumas de suas características fortalecem a suposição da realização do mapa anteriormente citado ter sido realizado nas proximidades de 1765.

Referências

ADONIAS, Isa. *Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores e descritos por Isa Adonias para as comemorações do quinto aniversário da morte do Infante D. Henrique*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960.

AGUIAR, Melânia da Silva. Poetas Inconfidentes de Minas Gerais: Cláudio, Gonzaga, Alvarenga. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p..335-358. v..2.

AGUIAR, Melânia da Silva. A Literatura do Setecentos em Minas Gerais: o Arcadismo. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.p. 313 - 333.v.2

CANDIDO, Antônio. No limiar do novo estilo: Cláudio Manuel da Costa. In: *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 88-106. v.1.

CINTRA, Jorge Pimentel; Pereira, Levy. A astronomia e o mapa *Brasília qua parte paret belgis*: In: MATSUURA, Oscar

T (Org.). *História da Astronomia no Brasil*. Recife: Cepe, 2014. v. 1. P. 197 a 228.

COSTA, Antônio Gilberto et al. *Cartografia das Minas Gerais da Capitania à Província*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COSTA, Antônio Gilberto. (Org.). *Cartografia da Conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa :Capa Editorial, 2004.

COSTA, Antônio G. (Org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa, 2005.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Discours touchant le pilotage de le Demaine Godalles (1714): um atlas manuscrito para um propósito específico. In: Mário J. Freire da Silva, Tiago C. P. dos Reis Miranda. (Org.). *Libros relege, volve, lege: o livro antigo na Biblioteca do Exército*. 1ed. Lisboa: Direcção de História e Cultura Militar do Exército Português-Biblioteca do Exército, 2018. p.313-325

FARIA, Maria Dulce de. *Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. Acompanha CD- Rom.

MATSUURA, Oscar T (Org.). *História da Astronomia no Brasil*. Recife: Cepe, 2014. v. 1.

MARQUES, Miguel da Silva. *Cartografia Antiga: Tabela de equivalências de medidas: cálculo de escalas e conversão dos valores de coordenadas geográficas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

PINTO, Edgard Roquette. A Carta Topographica de Villa Rica - Cláudio Manuel da Costa – Poeta? Heroe da Inconfidência? Ou Topographo? In: Pinto, Edgard Roquette *Ensaios Brasileiros*. São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, s. d (Edição Ilustrada).

PROENÇA FILHO, Domicio (Org.). *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1996.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

SANTOS, Márcia M. Duarte. Técnicas e Elementos da cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. P. 51 -81.

VEIGA, Pedro Xavier da. Cláudio Manoel da Costa (Noticia Biographica). *Revista do Archivo Público Mineiro*. Bello Horizonte, Anno 1, v. 2 p. 373- 390, 1896.

Documentais

AHU_ACL_CU_011, Cx. 88\Doc. 31 (1)

Eletrônicas

GUIMARÃES, Carlos Magno e MOREIRA, Mariana Gonçalves. Cartografia, Arqueologia e História das Minas Gerais (Séculos XVIII e XIX). Paraty, *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2011. p. 1 a 19. In: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/GUIMARAES_CARLOS_MAGNO_E_MOREIRA_MARIANA_G.pdf>. Acesso em 06 de dez.2019.

COSTA, Claudio Manuel da. *Villa Rica - Poema*. In:<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1255459/mss1255459.pdf>. Acesso em 06 de dez.2019.

LIVROS/ICONOGRAFIAS/VÍDEOS. In: *Portal da Inconfidência*. Disponível em: <<http://portaldainconfidencia.iof.mg.gov.br/>>. Acesso em: 06 Dez. 2020.

ROCOCÓ. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo65/rococo>>. Acesso em: 06 de Dez. 2019. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

Teses e Dissertações. *Portal da Inconfidência*. Disponível em: <<http://portaldainconfidencia.iof.mg.gov.br/>>. Acesso em: 06 Dez. 2020.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de; COSTA, Antônio Gilberto. (Org.). *Repositório Digital Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino - Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas*. Disponível em: <<http://www.repositoriotoponimia.com.br/>>. Acesso em: 06 Dez. 2018.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *EPHEMERIDES MINEIRAS (1664-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897. v. 3. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221689>>. Acesso em 06 de dezembro de 2019.

VELOSO, Bethania Reis. *Tecnologia de construção de Livros de Compromisso das irmandades religiosas em Minas Gerais no século XIX*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LOMC-BC5RBK>>. Acesso em 06 de dez.2019.

Cartográficas

CARTA Geografica da Capitania de Minas Gerais e partes confiantes. 1767.s.a – escla: [ca.de 1: 780 000], 18 legoas (légua brasileira – 3000 braças = 6522m) = 15, 3. 1767. – 1 mpa: ms, col.; 128 x 174,0 cm. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

CARTA Geografica do Termo de Villa Rica em q' se mostra, que os Arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava e Carigóes lhe ficão bem mais perto q' ao da Villa de S. José a q.' pertecem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q.' toca ao do Sabará, o q.' se mostra pela Escala, ou Petipé de 5 léguas Carta geográfica do termo de Villa Rica em que se mostra que os arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava e Carigóes lhe ficão bem mais perto q. ao da Villa de S. José a que pertecem: e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras q. toca ao do Sabará, o q. se mostra pela escala ou petipé de 5 léguas. s.a-. – Escala (ca. 1: 400 000). – ca. [1758 -1765].

CARTA Geografica que compreende toda a Comarca do Rio da Mortes, Villa Rica, e parte da cidade de Mariana do Governo de Minas Gerais, 1763. s.a. – Escala: n/d. – Cópia 1827. 1 mpa: ms, col. Ministério do Itamaraty, Rio de Janeiro.

MAPA das Minas do Ouro e S. Paulo, e costa do mar que lhe pretence. [S.l.: s.n.], [1714]. 1 mapa ms., desenho a tinta ferrogálica, aquarelado, 54,5 x 66cm. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).

SOARES, Diogo [Carta da Capitania de Minas Gerais entre os rios das Velhas e o Araçuaí]. [ca. 1736]. 1 carta ms.: color., desenho a nanquim; 19,8 x 32,5cm em folha 23,5 x 35,9cm

SOARES, Diogo [Carta da Capitania de Minas Gerais entre os rios Pitangui e Santo Antônio]. das Velhadas Velhas e o Araçuaí]. [ca. 1736]. 1 carta ms.: color., desenho a nanquim; 19,8 x 32,4 cm em folha 22,9 x 35,7cm.

SOARES, Diogo [Carta da Capitania de Minas Gerais entre os rios Pitangui e Santo Antônio]. das Velhadas Velhas e o Araçuaí]. [ca. 1736]. 1 carta ms.: color., desenho a nanquim; 19,8 x 32,4 cm em folha 22,9 x 35,7cm.

SOARES, Diogo [Carta da Capitania de Minas Gerais entre a Serra de Tucambira, Rio Jequitinhonha e o seu afluente Araçuaí]. [ca. 1736]. 1 carta ms.: color., desenho a nanquim; 19,8 x 31,7 cm em folha 23,3 x 35,1cm.